



Número: **0809013-40.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **04/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.687,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO ELVES FERREIRA DA SILVA (AUTOR)		IRINA NUNES CABRAL DE PAULO (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
35820893	22/10/2020 21:11	Sentença	Sentença
36666212	15/11/2020 09:58	Certidão	Certidão
36666213	15/11/2020 09:58	Ar 0809013- Antônio Elves	Aviso de Recebimento
37147193	26/11/2020 15:25	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
37147689	26/11/2020 16:59	Ofício	Ofício
37270057	30/11/2020 17:03	Certidão	Certidão
37270070	30/11/2020 17:05	Expediente	Expediente



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE JOÃO PESSOA

2ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

S E N T E N Ç A

PROCESSO Nº 0809013-40.2019.8.15.2003

AUTOR: ANTONIO ELVES FERREIRA DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A



AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. PERÍCIA JUDICIAL. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA. OMBRO. LESÃO DE MÉDIA REPERCUSSÃO. ENQUADRAMENTO LEGAL. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO.

Vistos, etc.

Antônio Elvis Ferreira da Silva ingressou em juízo com **ação de cobrança de indenização de seguro DPVAT** em face da **Bradesco Seguros S/A**, ambos qualificados, relatando que foi vítima de acidente de trânsito em 21 de dezembro de 2018, e que daí teria resultado invalidez de caráter permanente. Requereu indenização no valor de R\$ 13.500,00. Juntou documentos.

Citada, a promovida apresentou contestação, alegando ilegitimidade passiva como preliminar, e em sede meritória, inexistência de invalidez permanente indenizável.

Perícia judicial em ID: 33474390.



Manifestação das partes acerca do laudo pericial.

É o que importa relatar. DECIDO.

PRELIMINAR:

ILEGITIMIDADE PASSIVA

Em preliminar, a promovida sustentou que é parte ilegítima, cabendo à Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT responder ao pedido. Entretanto, já é entendimento pacífico que qualquer seguradora do convênio pode ser acionada, pois a obrigação é solidária. A escolha da seguradora contra quem se quer demandar pertence exclusivamente à vítima e/ou aos seus beneficiários.

“O beneficiário do DPVAT pode acionar qualquer seguradora integrante do grupo para receber a complementação da indenização securitária, ainda que o pagamento administrativo feito a menor tenha sido efetuado por seguradora diversa. **A jurisprudência do STJ sustenta que as seguradoras integrantes do consórcio do seguro DPVAT são solidariamente responsáveis pelo pagamento das indenizações securitárias, podendo o beneficiário reclamar de qualquer uma delas o que lhe é devido.** Aplica-se, no caso, a regra do art. 275, caput e parágrafo único, do CC, segundo a qual o pagamento parcial não exime os demais obrigados solidários quanto ao restante da obrigação, tampouco o recebimento de parte da dívida induz a renúncia da solidariedade pelo credor. REsp 1.108.715-PR, Rel. Min. Luiz Felipe Salomão, julgado em 15/5/2012” (Informativo nº 0497, do STJ) **(Grifei)**



A respeito do *pool* das seguradoras, Cavalieri Filho esclarece que:

“Para facilitar e dinamizar o regime operacional desse seguro, a maior parte dos seguradores brasileiros firmou um convênio, mediante o qual passou-se a operar o seguro obrigatório em conjunto e solidariamente. Através de um sistema de pool ou consórcio, administrado pela Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização, qualquer seguradora participante do convênio atende aos usuários e beneficiários do seguro obrigatório pago através do DUT: procede ao recebimento do prêmio, paga a indenização eventualmente devida, recuperando dos demais participantes do convênio a parte da indenização que, eventualmente, excedeu à sua cota”.

Assim, **REJEITO** a preliminar.

MÉRITO:

Desde logo, vejo que não há razão na alegação autoral de que tem direito ao recebimento de R\$ 13.500,00 a título de indenização, uma vez que existem regras claras para a aferição do montante indenizatório na Lei nº 6.194/1974, sendo este de **até R\$ 13.500,00, e não exatamente de R\$ 13.500,00.**

Pelo laudo traumatológico, resultado de perícia judicial, observo que houve fratura da clavícula esquerda, com tratamento conservador através de imobilização gessada e sessões de fisioterapia e **restou, como dano definitivo, “deformidade em projeção da clavícula esquerda, restrição com sobrecargas e dor crônica no ombro esquerdo”.** Tal lesão foi



considerada como de média repercussão, assim, o quadro é de invalidez permanente parcial incompleta, em 50% (cinquenta por cento).

Não sendo o caso de invalidez permanente parcial completa, segue-se o disposto no art. 3º, §1º, II, da lei nº 6.194/1974:

“quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais”.

Neste sentido, faz-se o enquadramento na tabela anexa à lei no que toca a “perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar”, o que corresponde ao percentual de 25% de R\$ 13.500,00, resultando o valor de R\$ 3.375,00. Em seguida, avalia-se o grau de repercussão do dano, se: residual, leve, média ou intensa. No caso dos autos, tenho que a lesão foi de média repercussão, devendo ser utilizado o percentual de 50% (cinquenta por cento) para aferição do montante final. O cálculo é feito da seguinte forma: $R\$ 13.500,00 \times 25\% = R\$ 3.375,00 \times 50\% = R\$ 1.687,50$.

Concluo, portanto, que a indenização devida na hipótese dos autos é de R\$ 1.687,50 (hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

ISTO POSTO, julgo parcialmente procedente o pedido, apenas para determinar que a seguradora indenize o promovente no montante de **R\$ 1.687,50 (hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, com correção monetária, pelo INPC, a contar da data do evento danoso, ou seja, desde 21 de dezembro de 2018, e juros de mora de 1% ao mês,



a contar da citação. Extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do C.P.C. Custas processuais e honorários advocatícios, no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação, pela promovido, levando-se em consideração o princípio da causalidade.

Publique. Registre. Intimem.

Corrijo de ofício o valor da causa para R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). À Serventia para retificar junto ao sistema, o valor da causa acima estabelecido por este Juízo, para fins, inclusive, de emissão da correlata guia.

Utilizando-se do valor depositado em juízo em ID: 29271781, expeça-se ofício ao Banco do Brasil para que efetue a transferência, para conta da médica perita Rosana Bezerra Duarte de Paiva (de conhecimento da escrivania) do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e acréscimos, referente aos honorários periciais.

Havendo interposição de apelação, intime o apelado para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo, com ou sem pronunciamento, remetam os autos ao TJ/PB, a quem compete fazer o necessário juízo de admissibilidade da peça (art. 1.010, §3º, do C.P.C).

Transitada em julgado, intime a parte promovente para requerer o cumprimento da sentença, instruindo seu pedido com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, nos termos dos arts. 523 e 524, do C.P.C.

Ato contínuo, procedam o cálculo das custas processuais e intime a parte devedora para recolhê-las, em quinze dias, sob pena de bloqueio online ou protesto e de inscrição na dívida ativa (PROVIMENTO C.G.J/PB Nº 28/2017).



João Pessoa, 22 de outubro de 2020

Fernando Brasilino Leite

Juiz de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

2ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0809013-40.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ANTONIO ELVES FERREIRA DA SILVA

REU: BRADESCO SEGUROS S/A

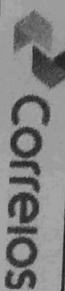
Certifico e dou fé que, nesta data, juntei a estes autos o Aviso de Recebimento, em anexo.

João Pessoa/PB, 15 de novembro de 2020.

JANDIRA RAILSON MEIRA
Técnico Judiciário



Cole aqui



SIGEP

CONTRATO 9912283594

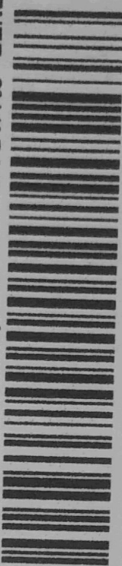
DESTINATÁRIO:

ANILONIO ELVES FERREIRA DA SILVA

Circular Immaculada, 330

58110001 Bayeux-PB

BO518122238BR



REMETENTE: 2ª VARA REGIONAL CIVIL DE MANGABEIRA
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:

Avenida Hilton Souto Maior, s/n
Mossoró - RN

58055018 João Pessoa-PB

OBSERVAÇÃO PROC. 0809013-40.2019.815.2003

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

TENTATIVAS DE ENTREGA:

10

20 _____

30

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO:

- | | | | |
|---|-----------------------|---|---------------|
| 1 | Mudou-se | 5 | Recusado |
| 2 | Endereço Insuficiente | 6 | Não Procurado |
| 3 | Não Existe o Número | 7 | Ausente |
| 4 | Desconhecido | 8 | Falecido |
| 9 | Outros | | |

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

24 AGO 2020

१०

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

2789218





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

2ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Nº DO PROCESSO: 0809013-40.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ANTONIO ELVES FERREIRA DA SILVA

REU: BRADESCO SEGUROS S/A

Certifico e dou fé que a sentença prolatada nestes autos transitou em julgado no dia
2 3 . 1 1 . 2 0 2 0 .

João Pessoa/PB, 26 de novembro de 2020.

JANDIRA RAILSON MEIRA
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

2ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018, Telefone: (83)3238-6333

OFÍCIO Nº 1205/20

João Pessoa/PB, 26 de novembro de 2020.

Nº DO PROCESSO: 0809013-40.2019.8.15.2003
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ANTONIO ELVES FERREIRA DA SILVA
REU: BRADESCO SEGUROS S/A

D E S T I N A T Á R I O :

A o	I l m o .	S r .
Gerente	do	Banco do Brasil S/A
Agência	Setor	Público
Av. Julia	Freire,	1071, Torre
João		Pessoa / PB
58040-040		

Senhor Gerente,

Solicito a Vossa Senhoria, que seja efetuada a transferência do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e seus acréscimos legais, depositados pelo réu na conta judicial nº 0400112588220, da agência nº 1618-7, data do depósito 11/03/2020, do Banco do Brasil, referente a honorários periciais, para a Conta nº 5846-7, agência nº 1344-7, do Banco do Brasil, em favor da perita Rosana Bezerra Duarte de Paiva, portadora do CPF nº 587.738.514-34.

Atenciosamente,

Juiz(a) de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

2ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0809013-40.2019.8.15.2003
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ANTONIO ELVES FERREIRA DA SILVA
REU: BRADESCO SEGUROS S/A

Certifico e dou fé que expedi o(s)Ofício 1205/20, via email institucional desta Vara (jpa-vrciv02@tjpb.jus.br), para o Banco do Brasil (email: pso8347@bb.com.br), com o título/assunto "#COVID19 - Pagamento de Alvará", nos termos do Ofício Circular nº 014/2020/GAPRE.

João Pessoa/PB, 30 de novembro de 2020.

JANDIRA RAILSON MEIRA
Técnico Judiciário



Transitada em julgado, intime a parte promovente para requerer o cumprimento da sentença, instruindo seu pedido com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, nos termos dos arts. 523 e 524, do C.P.C.

